


**LITERATURA INDÍGENA BRASILEIRA CONTEMPORÂNEA EM ESCOLAS  
PÚBLICAS NO CONTEXTO AMAZÔNICO**

**CONTEMPORARY BRAZILIAN INDIGENOUS LITERATURE IN PUBLIC  
SCHOOLS WITHIN THE AMAZONIAN CONTEXT**

Recebido em: 05/11/2025

Aceito em: 11/02/2026

Publicado em: 30/05/2026

Djalma Barboza Enes Filho<sup>1</sup>   
Universidade Federal do Acre

**Resumo:** A literatura indígena brasileira contemporânea tem se consolidado como importante instrumento de resistência e confirmação identitária no espaço escolar, especialmente diante dos desafios de implementação efetiva da Lei nº 11.645/2008 e da necessidade de práticas pedagógicas interculturais. Este artigo apresenta os resultados de uma pesquisa qualitativa, de natureza descritiva, realizada em três escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul, Acre, no coração da Amazônia brasileira, com o objetivo de compreender como a literatura indígena tem sido inserida nas práticas de leitura nos anos iniciais do ensino fundamental. Foram utilizados como instrumentos entrevistas semiestruturadas, análise de documentos pedagógicos e observações diretas dos espaços escolares. Os dados foram analisados com base na análise de conteúdo, conforme Bardin (2016), resultando em três categorias: concepções docentes sobre a literatura indígena, desafios à sua inserção na prática pedagógica e o descompasso entre discurso e prática. Os resultados apontam para uma apropriação da temática indígena, marcada por fragilidades conceituais, ausência de formação específica e lacunas nos acervos escolares. O estudo reforça a urgência de ações formativas e políticas públicas que promovam a presença efetiva das vozes indígenas nos currículos escolares, contribuindo para a construção de uma educação antirracista e intercultural, comprometida com a diversidade étnico-racial brasileira.

**Palavras-chave:** Literatura Indígena; Povos Indígenas; Leitura Literária; Lei 11.645/2008.

**Abstract:** Contemporary Brazilian Indigenous literature has increasingly asserted itself as a vital tool of resistance and identity affirmation within school environments, especially in light of the ongoing challenges surrounding the effective implementation of Law No. 11.645/2008 and the pressing need for intercultural pedagogical practices. This article presents the results of a qualitative, descriptive study conducted in three public schools in the municipality of Cruzeiro do Sul, Acre, located in the heart of the Brazilian Amazon. The research aimed to understand how Indigenous literature has been incorporated into reading practices during the early years of elementary education. The study employed semi-structured interviews, analysis of pedagogical documents, and direct observation of school spaces as its primary instruments. The data were examined through content analysis, following Bardin (2016), and yielded three main categories: teachers' conceptions of Indigenous literature, challenges to its integration in pedagogical practice, and the gap between discourse and practice. The findings reveal a fragile appropriation of Indigenous themes, marked by conceptual misunderstandings, a lack of specific teacher training, and significant gaps in school collections. The study underscores the urgent need for teacher education initiatives and public policies that foster the genuine inclusion of Indigenous voices in school curricula, contributing to the construction of an anti-racist and intercultural education committed to Brazil's ethnic and racial diversity.

**Keywords:** Indigenous Literature; Indigenous Peoples; Literary Reading; Law Nº. 11.645/2008.

## INTRODUÇÃO

A emergência da literatura indígena brasileira contemporânea no cenário editorial, acadêmico e educacional tem proporcionado novas possibilidades de escuta, enunciação e circulação de vozes historicamente silenciadas. Trata-se de um movimento literário, estético e

<sup>1</sup> Professor da Universidade Federal do Acre. Brasil, Acre, Cruzeiro do Sul. E-mail: djalma.filho@ufac.br



político que reconfigura as fronteiras da produção textual ao reivindicar a centralidade dos sujeitos indígenas como autores de suas próprias narrativas, memórias e epistemologias (Graúna, 2013). Mais do que uma expressão artística, essa literatura constitui um campo de resistência, denúncia e afirmação identitária, contribuindo para a desconstrução de estereótipos forjados por séculos de colonialismo discursivo.

No campo da educação, tal emergência impõe o desafio de repensar práticas pedagógicas e curriculares ainda marcadas por perspectivas eurocentradas, que frequentemente reduzem as culturas indígenas a abordagens estereotipadas ou estagnadas no passado. Apesar de avanços legais, como a promulgação da Lei nº 11.645/2008, que tornou obrigatório o estudo da história e da cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, sua efetivação ainda encontra limites significativos, sobretudo no que diz respeito à formação docente, à presença de obras de autoria indígena nos acervos escolares e ao reconhecimento da legitimidade dos saberes originários (Enes Filho, 2023).

Nesse cenário, a literatura indígena revela-se não apenas como um instrumento pedagógico de inegável importância, mas como um recurso político e cultural capaz de tensionar as formas hegemônicas de representação dos povos originários e de fomentar uma educação crítica e intercultural. Como afirma Krenak (2019), o apagamento das vozes indígenas da história e da cultura brasileira é parte constitutiva da lógica colonial, sendo urgente “adiar o fim do mundo” por meio de outras formas de narrar, ensinar e existir. Inserir a literatura indígena nas escolas, portanto, é um gesto político de resistência à monocultura do saber e de abertura ao pluralismo epistemológico.

A presença da literatura de autoria indígena nas instituições escolares representa não apenas o cumprimento de uma exigência legal, mas também uma oportunidade concreta de promover o diálogo intercultural, o reconhecimento da diversidade de saberes e o enfrentamento das desigualdades étnico-raciais no ambiente educacional. Quando mediada por práticas de leitura sensíveis, contextualizadas e formativas, ela pode contribuir para a formação de leitores críticos e para a construção de um imaginário coletivo menos colonizado e mais plural (Enes Filho, 2023).

É nesse contexto que se insere a presente pesquisa, cujo objetivo é investigar como a literatura indígena brasileira contemporânea tem sido compreendida, utilizada e mediada por professoras dos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. Por meio da escuta de docentes atuantes na região, busca-se analisar as percepções, práticas e desafios enfrentados na inserção dessa produção literária nos contextos

escolares, com especial atenção à presença (ou ausência) de obras de autoria indígena nos acervos, à abordagem nos planejamentos pedagógicos e às concepções que norteiam a mediação da leitura dessas obras.

A investigação fundamenta-se nos aportes teóricos de autores que discutem as relações étnico-raciais na educação, como Bonin (2013), Bergamaschi (2015), Brito (2015), e Paim (2019), bem como nas reflexões de escritores indígenas que tematizam a literatura como espaço de memória, pertencimento, resistência e direito à palavra, como Munduruku (2019), Grauna (2013), Krenak (2019). A partir de uma abordagem qualitativa e descritiva, foram realizadas entrevistas com professoras da rede municipal de ensino e análise documental de planejamentos e acervos escolares. Os resultados foram organizados em três eixos principais: presença da literatura indígena nos acervos escolares; inserção da temática nos planejamentos pedagógicos; e concepções docentes e práticas de mediação da leitura de obras de autoria indígena.

Ao articular as vozes dos sujeitos da pesquisa com os debates teóricos contemporâneos, este estudo busca contribuir para o fortalecimento de uma educação literária antirracista, socialmente comprometida e verdadeiramente plural, reconhecendo a literatura indígena como direito, expressão cultural e epistemologia legítima no cotidiano escolar.

## **PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS**

A pesquisa desenvolvida fundamenta-se em uma abordagem qualitativa, de caráter descritivo, com o objetivo de compreender, a partir das vozes docentes, os sentidos atribuídos ao ensino da literatura indígena nos anos iniciais do ensino fundamental, em escolas públicas situadas em Cruzeiro do Sul, no estado do Acre. Essa opção metodológica sustenta-se na premissa de que os fenômenos educacionais não podem ser apreendidos em sua complexidade por meio de abordagens exclusivamente quantitativas, exigindo escuta sensível, atenção ao contexto e compreensão dos significados construídos nas práticas cotidianas (Bogdan; Biklen, 1994).

O estudo foi realizado em três escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul, inseridas no território amazônico acreano, caracterizado por expressiva diversidade étnico-cultural, incluindo a presença de povos indígenas de diferentes etnias. A escolha desse contexto justifica-se pela urgência em investigar como se materializa a aplicação da Lei nº 11.645/2008 em regiões historicamente marcadas pela marginalização de saberes e epistemologias originárias, e pela escassez de estudos empíricos que abordem especificamente o ensino da literatura indígena nessa localidade.

Para o levantamento de dados, foram realizadas entrevistas semiestruturadas com três professores que atuam nos anos iniciais do ensino fundamental, em turmas de 4º e 5º ano. As entrevistas foram conduzidas com base em um roteiro flexível, que permitia adaptações conforme o desenvolvimento da conversa, buscando aprofundar os sentidos atribuídos pelos docentes às práticas pedagógicas relacionadas à literatura indígena, suas compreensões acerca das obras de autoria indígena e os desafios enfrentados no cotidiano escolar. Essa estratégia metodológica favoreceu a emergência de dimensões subjetivas e contextuais não previstas inicialmente, ampliando o escopo da investigação.

Além das entrevistas, foram coletados documentos pedagógicos fornecidos pelas docentes, como planejamentos de ensino, registros de atividades e listagens de obras disponíveis nas salas de leitura e bibliotecas escolares. Complementarmente, realizou-se observação direta dos espaços escolares, com atenção à organização dos acervos literários e à presença (ou ausência) de obras de autoria indígena, sobretudo aquelas disponibilizadas por políticas públicas como o Programa Nacional Biblioteca da Escola (PNBE) e o PNLD Literário.

O tratamento e a análise dos dados foram orientados pela técnica de análise de conteúdo, conforme sistematizada por Bardin (2016), que possibilita a categorização e interpretação das informações de acordo com a recorrência de temas, sentidos e significados. As falas dos professores e os documentos analisados foram organizados em três categorias temáticas emergentes: conhecimento e concepções docentes sobre literatura indígena; desafios para a inserção dessa literatura na prática pedagógica; e distância entre discurso e prática escolar.

O percurso metodológico adotado buscou garantir a consistência, a profundidade e o rigor necessários à análise, considerando os múltiplos elementos que atravessam o ensino da literatura indígena: desde os marcos legais e curriculares até os condicionantes locais, como a formação docente, os recursos materiais disponíveis e a presença de comunidades indígenas na região. Ao valorizar a escuta de professores e a análise de documentos escolares, esta investigação contribui para a construção de caminhos possíveis na consolidação de uma educação literária antirracista, plural e comprometida com os direitos dos povos originários.

## REFERENCIAL TEÓRICO

A literatura indígena brasileira contemporânea constitui um campo fértil de produção simbólica, estética e política que desafia os modelos hegemônicos de representação e reivindica a centralidade dos povos originários na construção de suas próprias narrativas. Produzida por autores indígenas que falam a partir de suas cosmologias, territorialidades e experiências

históricas, essa literatura rompe com os estereótipos forjados por olhares externos, oferecendo uma perspectiva interna e plural das identidades indígenas (Enes Filho, 2023).

Essa produção abarca uma diversidade de gêneros, linguagens e públicos, sendo muitas vezes endereçada à infância, mas não se restringindo a ela. Como destaca Graúna (2013), essa literatura configura-se como um instrumento de resistência e afirmação cultural, evocando temas como memória, pertencimento, luta, espiritualidade, meio ambiente, diáspora e utopia. Por meio de suas obras, autores como Daniel Munduruku, Olívio Jekupé, Márcia Kambeba, Ailton Krenak, Edson Kayapó, Lia Minapoty, Yaguarê Yamã, Tiago Hakiy, entre outros, têm protagonizado um movimento literário que articula ancestralidade e contemporaneidade, tradição oral e escrita, voz individual e coletividade.

os escritores indígenas estão se apropriando da língua portuguesa e apresentando produções literárias de elevado valor, abrindo espaço para que tenhamos um pouco mais de compreensão da rica e tão pouco conhecida produção literária de autoria indígena. Como consequência desse movimento, a literatura indígena em língua portuguesa apresenta, atualmente, muitos autores com estilos diferentes de criação literária (Enes Filho, 2023, p. 36).

Ao narrar suas próprias histórias, os escritores indígenas brasileiros exercem o direito à palavra e ao reconhecimento epistêmico. Para Janice Thiél (2012), essa produção literária rompe com a lógica colonial que historicamente silenciou as vozes indígenas, inserindo novas subjetividades e saberes no espaço literário nacional. A escrita, nesse contexto, é uma forma de retomada cultural e uma estratégia de disputa por espaço no que ela denomina “grande história nacional”, historicamente marcada pela exclusão dos povos originários.

Segundo Enes Filho, a literatura indígena “leva à reflexão sobre o indivíduo e sua participação em sociedade, possibilitando um encontro dos saberes e valores dos mais diversos grupos sociais e culturais” (Enes Filho, 2023, p. 103). Trata-se, portanto, de uma literatura que amplia o repertório do leitor e promove a descolonização do olhar, ao apresentar cosmovisões que reconhecem a interdependência entre ser humano, natureza e coletividade. Como observa Munduruku (2019), a literatura indígena não se limita à ficcionalização do passado, mas projeta o futuro de seus povos por meio da palavra viva, que resiste e transforma.

Do ponto de vista educacional, essa literatura representa uma possibilidade concreta de enfrentamento do racismo estrutural e de promoção da diversidade cultural nas escolas. Sua inserção nos currículos e nos acervos escolares atende não apenas às exigências legais da Lei nº 11.645/2008, mas responde a uma necessidade ética e pedagógica de pluralizar os saberes e valorizar as identidades historicamente marginalizadas. Como argumenta Kayapó (2015), a

escola precisa romper com a reprodução de uma memória única e colonizadora, abrindo espaço para múltiplas vozes, inclusive aquelas que foram sistematicamente silenciadas pela lógica do currículo eurocêntrico.

Desse modo, a literatura de autoria indígena pode contribuir, significativamente, com esse processo de decolonização, uma vez que o interesse do mercado editorial pela literatura indígena ganhou estímulo de Políticas públicas, principalmente da Lei 11.645 de 10 de março de 2008 que junto com o Programa Nacional Biblioteca da Escola, ofereceram as condições necessárias para que os textos de autoria indígena pudessem adentrar os espaços escolares e circular em de maneira ampla pelo território nacional, ampliando o debate sobre interculturalidade (Enes Filho, 2023, p. 52).

Nesse sentido, a literatura de autoria indígena pode ser considerada instrumento de descolonização curricular. No entanto, Graúna (2013) chama atenção para a baixa circulação de obras indígenas nas escolas públicas, destacando que, apesar de avanços legais e editoriais, o acesso ainda é precário e, muitas vezes, os textos presentes nos acervos reforçam estereótipos ao invés de desconstruí-los. Isso evidencia a necessidade de critérios pedagógicos críticos na seleção das obras e de formação docente que compreenda a complexidade e a potência dessa literatura.

A esse respeito, Bergamaschi, Meinerz e Antunes (2015) observam que muitos professores ainda não dispõem de referenciais teóricos e pedagógicos consolidados para abordar a temática indígena, o que pode comprometer a qualidade da mediação e a efetividade da Lei nº 11.645/2008. Por isso, é fundamental que a formação inicial e continuada dos docentes contemple não apenas conteúdos sobre culturas indígenas, mas também a escuta de suas vozes autorais, a valorização de suas epistemologias e o reconhecimento da legitimidade de sua produção literária.

A inserção da literatura indígena no contexto escolar, portanto, não pode se limitar ao cumprimento legal ou à inserção pontual em datas comemorativas. Deve ser entendida como um compromisso com uma educação antirracista e intercultural. A escolha das obras que serão trabalhadas em sala de aula requer atenção crítica, visto que muitas produções de matriz eurocêntrica, mesmo quando tematizam povos indígenas, o fazem a partir de uma ótica exógena e preconceituosa, perpetuando representações distorcidas (Enes Filho, 2023).

Como enfatiza Thiél (2012), ler apenas os textos consagrados pelo cânone ocidental pode restringir o horizonte do leitor e deslegitimar outras expressões literárias. Ampliar o repertório, nesse sentido, é também ampliar a visão de mundo e fomentar a construção de uma sociedade mais justa, plural e respeitosa das diferenças.

Por tudo isso, torna-se urgente promover, nas escolas, uma leitura crítica, sensível e comprometida da literatura indígena. É preciso garantir o acesso a essas obras, reconhecer sua qualidade estética e formativa, e valorizá-las como parte constitutiva da identidade brasileira. Afinal, como afirma Krenak (2019), “não somos todos iguais”, e é na pluralidade de vozes que reside a possibilidade de construir um futuro em que todos os mundos caibam.

## **RESULTADOS E DISCUSSÃO**

A presente investigação insere-se no escopo das discussões contemporâneas sobre a presença da literatura indígena brasileira no ambiente escolar, especialmente no que tange à sua inserção nos anos iniciais do ensino fundamental. Atenta às diretrizes da Lei nº 11.645/2008, que estabelece a obrigatoriedade do ensino da história e cultura afro-brasileira e indígena na educação básica, esta pesquisa tem como foco compreender em que medida a literatura de autoria indígena tem sido incorporada às práticas pedagógicas cotidianas em escolas públicas da cidade de Cruzeiro do Sul, situada no interior da Amazônia brasileira.

O estudo se valeu de uma abordagem qualitativa e foi desenvolvido junto a professoras atuantes em escolas da rede pública do município de Cruzeiro do Sul, no estado do Acre, região marcada por sua diversidade étnica e proximidade geográfica com povos indígenas de diferentes etnias. A escolha do contexto amazônico como campo empírico se justifica tanto pela sua relevância sociocultural quanto pela escassez de estudos que investiguem, de forma situada, os desafios e as possibilidades de efetivação da legislação no que tange à valorização dos saberes e produções literárias indígenas.

Os dados foram construídos por meio de entrevistas semiestruturadas com docentes dos anos iniciais, análise de planejamentos pedagógicos e observação dos acervos escolares disponíveis. Tal triangulação metodológica permitiu delinear um panorama consistente sobre o modo como a literatura indígena é percebida, planejada e mediada nas práticas docentes. As entrevistas buscaram captar não apenas o conhecimento dos professores sobre o tema, mas também suas experiências concretas de trabalho com obras de autoria indígena. Os planejamentos e registros pedagógicos possibilitaram verificar a intencionalidade (ou sua ausência) na inserção da temática indígena nas atividades escolares. Já a observação dos acervos literários permitiu aferir a presença, quantitativa e qualitativa, de obras indígenas nos espaços escolares.

A análise dos dados foi conduzida à luz da técnica de análise de conteúdo, conforme proposta por Bardin (2011), e orientada por uma perspectiva crítica fundamentada nos estudos

decoloniais e nos aportes teóricos sobre letramento literário e educação das relações étnico-raciais. Essa escolha permitiu interpretar os dados para além da descrição empírica, buscando identificar as tensões, lacunas e avanços que permeiam a implementação da literatura indígena nas práticas educativas.

A seguir, os resultados são discutidos a partir de três eixos temáticos principais: percepções docentes sobre a literatura indígena brasileira; práticas pedagógicas e planejamento de leitura; e presença da literatura indígena nos acervos escolares. A estruturação em eixos visa sistematizar os achados da pesquisa e facilitar o diálogo entre os dados empíricos e os referenciais teóricos mobilizados.

## **PERCEPÇÕES DOCENTES SOBRE A LITERATURA INDÍGENA**

A análise das entrevistas realizadas com docentes atuantes nos anos iniciais do ensino fundamental em escolas públicas do município de Cruzeiro do Sul-AC revela distintas percepções sobre a literatura indígena e sua inserção nas práticas pedagógicas. Os participantes da pesquisa, identificados como Prof. A, Prof. B e Prof. C, possuem formação em Pedagogia e experiências profissionais que variam de recém-ingressos na carreira a educadores com até duas décadas de atuação.

Inicialmente, foi questionado aos professores se conheciam escritores indígenas e se já haviam trabalhado com obras dessa natureza em sala de aula. As respostas indicaram diferentes níveis de familiaridade e de efetivação da temática. O Prof. A afirmou: “Sim, mas infelizmente não pude utilizar nenhum livro em nenhuma disciplina devido ter entrado na educação básica nos meses finais do ano escolar” (Prof. A, 2024). Essa resposta evidencia uma limitação temporal que, embora compreensível, aponta para a ausência da literatura indígena no processo formativo daquele ano letivo específico. Em contraste, o Prof. B relatou uma experiência enriquecedora e interdisciplinar com a literatura de Daniel Munduruku:

Sim conheço, eu conheço o Daniel Munduruku, que ano passado eu trabalhei com a literatura infantil com esse autor, e aí a gente utilizou de agosto até o final do ano letivo nas disciplinas, o projeto aconteceu de forma interdisciplinar [...] Então foi trabalhado de forma interdisciplinar (Prof. B, 2024).

Esse relato expressa não apenas conhecimento, mas um engajamento efetivo com a obra do autor indígena em diversas áreas do currículo, reforçando o potencial da literatura indígena como ferramenta educativa. Como observa Bonin, a literatura produzida por autores indígenas “coloca em movimento outras possibilidades para pensar não apenas a vida indígena, como

também a vida daqueles que, em geral, observamos índios com lentes culturais eurocêntricas” (Bonin, 2012, p. 50).

Questionados sobre a importância do trabalho com a literatura indígena nas escolas, os três professores foram unânimes em reconhecer seu valor. O Prof. C destacou: “Sim. O povo indígena faz parte da nossa identidade, da cultura do nosso povo” (Prof. C, 2024). Já o Prof. A afirmou: “Sim, acredito que permitir o contato dos alunos da educação básica é uma forma de ampliar o conhecimento sobre literatura, cultura e formas de ver o mundo de outros povos [...]” (Prof. A, 2024). O Prof. B complementou com uma reflexão mais aprofundada, abordando a identidade nacional e a proximidade cultural entre indígenas e não indígenas: “Sim, eu acredito que é muito importante trabalhar com as crianças essa questão da literatura indígena [...] essa cultura criou a nossa, na verdade é base” (Prof. B, 2024).

As falas demonstram uma concepção clara de que a literatura indígena, ao trazer a voz dos povos originários para o ambiente escolar, atua como elemento formativo para a construção de identidades plurais, promovendo o respeito às diferenças e combatendo preconceitos. Nesse sentido, Bergamaschi e Gomes (2012, p. 56) observam que as imagens predominantes dos indígenas nos livros ainda os vinculam a representações exóticas ou de vitimização, reforçando estereótipos que precisam ser desconstruídos por meio de outras narrativas.

Contudo, apesar do reconhecimento da importância do tema, os professores apontam dificuldades materiais para sua efetivação. O Prof. A declarou: “Acredito que a falta de exemplares nas escolas ou a promoção desses escritores em nossa região”. Já o Prof. C afirmou: “Os desafios que a gente encontra, é mais em questão do material [...] A maior dificuldade é essa, o material mesmo em si” (Prof. C, 2024). Essas dificuldades são recorrentes em estudos sobre o tema, como apontam Bonin e Bergamaschi (2010), ao enfatizarem que muitos livros didáticos ainda mantêm uma visão anacrônica dos povos indígenas, o que restringe o acesso a representações mais contextualizadas e contemporâneas.

Ainda sobre a relevância da literatura indígena como recurso pedagógico e instrumento de cumprimento da Lei nº 11.645/2008, os professores demonstraram concordância quanto à sua adequação e recurso educativo. O Prof. A observou: “Sim, porque o aluno precisa saber sobre o povo que deu origem a parte da nossa cultura” (Prof. A, 2024). O Prof. C declarou: “Sou um dos maiores apostadores que só se combate a ignorância com educação [...]” (Prof. C, 2024). Por sua vez, o Prof. B destacou a riqueza das obras de Daniel Munduruku e a estratégia de contato direto com o autor:

Tem um livro do Daniel Munduruku que é muito interessante que é o “Catando piolhos e contando histórias” [...] quando eu trabalhei, eu entrei em contato com o Daniel, pedi mensagem, ele mandou mensagem falando lá, pra que as crianças conhecessem o autor (Prof. B, 2024).

A articulação da literatura indígena com os objetivos educacionais da Lei nº 11.645/2008 se torna, assim, um elemento indispensável para o enfrentamento da exclusão social e simbólica sofrida por esses povos. Como aponta Munduruku (2013), ao afirmar que quando a escrita indígena chega inteligível à sociedade brasileira, é uma forma de contribuir para diminuir a exclusão social a que ainda estamos submetidos.

Portanto, a análise das falas dos docentes evidencia que, embora exista um reconhecimento teórico da importância da literatura indígena, as práticas pedagógicas ainda enfrentam entraves estruturais, como a escassez de acervo e a falta de incentivo institucional. Tais elementos reforçam a necessidade de políticas públicas mais efetivas, que garantam não apenas a presença física das obras nas escolas, mas também a formação docente voltada à mediação crítica desses textos.

## **A LITERATURA INDÍGENA NOS PLANEJAMENTOS E ACERVOS ESCOLARES**

Ao serem questionados sobre a presença da literatura indígena nos planejamentos e acervos escolares, os professores entrevistados expressaram percepções que revelam, tanto avanços, quanto limitações, no que se refere à efetiva inserção dessa produção no cotidiano pedagógico das escolas públicas. As falas evidenciam que, embora exista um discurso favorável à presença da temática indígena, a materialização desse discurso nos documentos curriculares e nas práticas pedagógicas ainda enfrenta obstáculos significativos.

O Prof. A, por exemplo, destacou: “Sim, a maior parte do planejamento pedagógico do segundo semestre aborda questões indígenas ou de povos originários” (Prof. A, 2024). Essa afirmação aponta para uma tentativa de inserção temática nos documentos de planejamento, embora não esclareça se há uma efetiva integração de obras de autoria indígena ou apenas uma abordagem pontual da temática, muitas vezes restrita a datas comemorativas. Essa lacuna é ressaltada por Bergamaschi, Meinerz e Antunes (2015), ao alertarem para o risco de a Lei nº 11.645/2008 ser reduzida a eventos esporádicos, sem repercussão significativa no currículo. Já o Prof. B apresentou uma visão crítica e mais realista:

A gente trabalha em determinados meses, só que isso não está presente no planejamento de forma contínua, é de forma esporádica. E com relação ao acervo da escola, nós temos poucos livros, o que dificulta muito, porque a gente acaba utilizando da internet, que é uma fonte de pesquisa também importante, mas que não pode ser a única (Prof. B, 2024).

Essa fala explicita uma prática pedagógica que, apesar de intencional, ainda depende de improvisações e da iniciativa pessoal do docente, o que denuncia uma fragilidade na institucionalização da literatura indígena como parte do acervo literário da escola. A ausência de livros de autores indígenas nos acervos escolares é uma das principais barreiras apontadas pela literatura especializada, como discutem Bonin e Bergamaschi (2010), ao analisarem a escassez de obras autênticas de autoria indígena disponíveis nas escolas brasileiras.

O Prof. C confirmou essa tendência ao afirmar: “O acervo da escola está um pouco defasado, mas tem alguns. Com relação aos planejamentos não tem, mas eu uso” (Prof. C, 2024). Essa postura individualizada revela um compromisso pessoal do professor com a temática, ainda que o planejamento oficial não contemple diretamente as obras indígenas. Tal realidade denuncia o descompasso entre as diretrizes legais e os contextos reais de ensino, o que exige reflexão sobre a eficácia da implementação das políticas públicas educacionais. Como alertam Paim, Pinheiro e Paula (2019), a inserção das relações étnico-raciais no currículo depende não apenas de leis e documentos, mas de formação continuada, acervo adequado e apoio institucional efetivo.

Diante desse quadro, é possível perceber que, embora haja um reconhecimento da importância da literatura indígena, sua presença nos planejamentos pedagógicos ainda é periférica, frequentemente subordinada às exigências de calendário escolar, como o Dia do Índio. Além disso, os professores enfrentam desafios concretos, como a falta de livros de autores indígenas nos acervos escolares, o que compromete a continuidade e a profundidade do trabalho com esses textos.

A escassez de livros indígenas nos acervos, portanto, não deve ser compreendida apenas como um problema logístico, mas como uma questão política e epistemológica. É fundamental romper com a lógica de que a literatura indígena é um suplemento ao currículo, e não parte constitutiva dele. Para isso, é necessário que os planejamentos pedagógicos deixem de tratar a temática como uma abordagem superficial e passem a integrar de modo transversal a diversidade de vozes, cosmologias e linguagens que compõem o universo literário indígena contemporâneo.

Como propõe Krenak (2019), é preciso adiar o fim do mundo ao valorizar outras formas de existir, narrar e ensinar, permitindo que as epistemologias indígenas sejam incorporadas como parte legítima dos saberes escolares. A literatura, nesse sentido, não apenas narra

histórias, mas também reposiciona sujeitos históricos e amplia as possibilidades de leitura do mundo.

## **FORMAÇÃO DOCENTE E DESAFIOS PARA O TRABALHO COM A LITERATURA INDÍGENA**

A temática da formação docente emerge como uma dimensão central para a efetivação da literatura indígena no ambiente escolar. As falas dos professores entrevistados revelam lacunas formativas significativas no que diz respeito ao conhecimento sobre as literaturas produzidas por autores indígenas e, conseqüentemente, sobre a abordagem adequada dessas produções em sala de aula. Essa constatação reafirma o que apontam diversos estudos que tratam da implementação da Lei nº 11.645/2008 e da necessidade de formação continuada dos docentes para sua efetivação. Sobre a temática da formação docente, o Prof. A afirmou:

Acredito que as formações continuadas ofertadas pela Secretaria de Educação precisam focar mais nessa temática da literatura indígena. Quando se fala em diversidade cultural, geralmente se aborda mais a cultura afro-brasileira (Prof. A, 2024).

Essa fala evidencia o desequilíbrio entre o tratamento das duas temáticas previstas pela Lei nº 11.645/2008, afro-brasileira e indígena, no âmbito da formação docente. O protagonismo do componente afro-brasileiro nas formações e nos materiais ofertados reflete, em parte, o histórico mais consolidado de movimentos sociais e educacionais voltados à população negra. No entanto, conforme alerta Brito (2015), esse descompasso contribui para a invisibilidade dos povos indígenas no currículo escolar, o que perpetua uma lógica de exclusão e silenciamento. O Prof. B destacou outro aspecto importante:

A maioria dos professores não conhece autores indígenas. Às vezes a gente acha que é só contar a história do índio, de forma folclórica, sem saber que existem indígenas escritores, doutores, pessoas que escrevem da sua própria vivência (Prof. B, 2024).

A fala aponta para uma percepção equivocada e ainda muito comum sobre os sujeitos indígenas, limitados a representações estereotipadas e folclóricas, o que denuncia a ausência de uma formação crítica e antirracista no trato com a diversidade étnico-cultural. Como argumenta Graúna (2013), a literatura indígena rompe com a lógica da representação externa do indígena e inaugura uma escrita de si, que reafirma identidades e cosmologias próprias, sendo, portanto, indispensável para a formação de professores comprometidos com a descolonização do

currículo. O Prof. C endossa essa carência formativa: “Acredito que é uma temática que ainda não foi muito bem trabalhada nas formações que eu participei. Fala-se da temática indígena, mas sem dar a devida importância à produção literária indígena” (Prof. C, 2024).

A constatação de que a literatura indígena é frequentemente negligenciada mesmo nos espaços de formação que se propõem a tratar da diversidade revela uma falha estrutural nas políticas de formação docente. Não basta incluir a temática indígena de maneira genérica, é necessário reconhecer e valorizar a produção intelectual e literária dos próprios sujeitos indígenas. Munduruku (2013) ressalta que o protagonismo indígena na escrita literária é um instrumento de combate à exclusão, uma vez que permite que os próprios indígenas narrem suas histórias, saberes e modos de vida.

A formação docente, portanto, precisa ir além da normatização legal e se constituir como um espaço de ampliação de repertórios e de desconstrução de estereótipos. Para isso, torna-se fundamental incluir obras literárias de autoria indígena nos cursos de formação inicial e continuada, bem como promover o debate sobre as epistemologias indígenas e sua inserção no espaço escolar. Como afirma Enes Filho (2023), a literatura indígena brasileira contemporânea se constitui como um território de resistência e invenção, e sua inserção crítica na escola demanda professores sensíveis às disputas simbólicas e políticas que ela mobiliza.

Nesse sentido, o trabalho com literatura indígena não pode ser reduzido a uma prática esporádica ou a um conteúdo transversal de menor importância, mas deve ser compreendido como parte integrante da construção de uma escola democrática, plural e antirracista. A valorização das vozes indígenas na formação docente é, portanto, condição fundamental para a transformação das práticas pedagógicas e a promoção da equidade curricular.

Portanto, a análise dos dados revela, de forma contundente, que a discussão sobre a presença e abordagem da literatura indígena no contexto escolar ainda é marcada por tensões, ausências e desafios significativos, “pois a instituição escolar ainda não aprendeu a lidar de forma positiva com as questões relacionadas às diferenças sociais e culturais que, muitas vezes, são vistas como problemas que a escola precisa solucionar” (Enes Filho, 2023, p. 83).

As três categorias investigadas, percepção e uso da literatura indígena, visibilidade e representatividade dos autores indígenas, e formação docente, se entrelaçam na construção de um diagnóstico crítico sobre as práticas pedagógicas atuais e apontam para a urgência de transformações estruturais nos processos de ensino e aprendizagem que envolvem as relações étnico-raciais. Apesar de os professores demonstrarem sensibilidade e abertura para a inserção da literatura indígena no cotidiano escolar, suas falas evidenciam que tal prática ainda é, em

muitos casos, pontual, desprovida de intencionalidade crítica e ancorada em representações estereotipadas. A recorrência à abordagem do “Dia do Índio” como principal referência à cultura indígena escancara uma visão que, longe de afirmar a diversidade e a complexidade dos povos originários, os reduz a uma caricatura histórica. Conforme destaca Graúna (2013), a literatura indígena rompe com essa lógica ao constituir-se como espaço de autoria, agência e memória, exigindo um novo posicionamento da escola frente à produção cultural dos povos indígenas.

A ausência de autores indígenas nos acervos das escolas, nos livros didáticos e, principalmente, nos repertórios dos docentes, sinaliza uma lacuna epistemológica que precisa ser enfrentada de modo urgente. Conforme argumenta Krenak (2019), a exclusão das vozes indígenas da narrativa nacional é parte de um processo histórico de silenciamento que a literatura indígena contemporânea busca reverter. Nesse sentido, inserir autores indígenas no currículo é um gesto político e pedagógico de ruptura com a colonialidade do saber.

Entretanto, como revelaram os depoimentos, a efetivação dessa ruptura depende, de forma direta, de uma formação docente sólida, crítica e comprometida com os princípios da educação antirracista. A persistente invisibilização da literatura indígena nos processos formativos, seja na formação inicial ou continuada, compromete a qualidade da mediação pedagógica e perpetua práticas que, mesmo bem-intencionadas, contribuem para a manutenção de estereótipos. A superação desse cenário exige políticas públicas eficazes, materiais didáticos adequados e formações que valorizem a escuta, o diálogo intercultural e a descolonização do currículo.

Em síntese, os dados analisados reiteram que a literatura indígena, mais do que um conteúdo a ser inserido no currículo, é uma possibilidade de reconfiguração profunda das práticas educativas, exigindo do professor uma postura ética, política e epistemológica frente aos saberes outros que historicamente foram marginalizados e silenciados. Reconhecer os autores indígenas como intelectuais e suas obras como parte integrante do patrimônio literário brasileiro é passo fundamental para a construção de uma escola plural, democrática e comprometida com a justiça social.

## CONSIDERAÇÕES FINAIS

A pesquisa evidenciou que a presença da literatura indígena brasileira contemporânea nas práticas de ensino nos anos iniciais do ensino fundamental ainda é incipiente e atravessada por múltiplos desafios, mesmo diante do respaldo legal da Lei nº 11.645/2008 e dos avanços

em termos de reconhecimento da autoria indígena no campo literário. A análise das entrevistas com docentes do município de Cruzeiro do Sul revelou tanto um interesse crescente quanto uma carência formativa e material que limita a efetivação de práticas pedagógicas que valorizem a diversidade cultural e os saberes originários.

Os professores entrevistados expressaram compreensão parcial sobre o que constitui literatura indígena e, em muitos casos, demonstraram desconhecimento da autoria indígena contemporânea, ainda recorrendo a obras que reforçam estereótipos ou apresentam conteúdos meramente descritivos e estereotipados. Essa lacuna formativa, como apontam Bergamaschi, Meinerz e Antunes (2015), compromete a possibilidade de inserção crítica da temática nos currículos escolares e limita o alcance de uma educação comprometida com a justiça social e o pluralismo epistemológico.

Ademais, foi possível constatar que a inserção da literatura indígena nos planejamentos pedagógicos e acervos escolares ocorre de modo fragmentado, sem um projeto articulado de formação docente contínua e sem diretrizes claras. A ausência de livros de autoria indígena nas bibliotecas escolares, especialmente nos acervos de livros literários destinados à infância, reforça as desigualdades no acesso a produções culturais que expressem a multiplicidade de vozes que compõem o tecido social brasileiro.

A partir da escuta atenta às professoras e da análise crítica dos documentos pedagógicos, emergiu a necessidade de uma formação docente comprometida com a superação do racismo estrutural presente nas práticas educativas. Nesse sentido, como destaca Krenak (2019), o reconhecimento das narrativas indígenas como formas legítimas de conhecimento e de existência é um passo fundamental para “adiar o fim do mundo” anunciado por uma educação monocultural e excludente.

Portanto, a efetivação de uma prática pedagógica comprometida com a valorização da literatura indígena exige a articulação de diferentes frentes: políticas públicas de distribuição de livros de autoria indígena nas escolas, formação docente continuada e crítica, fortalecimento do diálogo com as comunidades indígenas locais e revisão dos currículos à luz do respeito à diversidade. A literatura, nesse contexto, deixa de ser apenas conteúdo didático e se torna ferramenta de insurgência epistêmica, reconstrução identitária e resistência cultural.

Este estudo, ao trazer à tona os sentidos atribuídos pelos docentes às suas experiências com a literatura indígena, buscou não apenas mapear uma realidade, mas contribuir para a construção de caminhos possíveis rumo a uma educação antirracista e enraizada nos direitos dos povos originários. Reafirma-se, assim, a urgência de práticas pedagógicas que não apenas

incluam, mas que sejam transformadas pelas epistemologias indígenas, possibilitando às crianças indígenas e não-indígenas o acesso a uma formação crítica, sensível e emancipadora.

## REFERÊNCIAS

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2016.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; GOMES, Luana Barth. A temática indígena na escola: ensaios de educação intercultural. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, jan./abr. 2012.

BERGAMASCHI, Maria Aparecida; MEINERZ, Carla Beatriz; ANTUNES, Cláudia Pereira. Interculturalidade e educação das relações étnico-raciais: reflexões sobre a aplicação da lei 11.645/08 no Rio Grande do Sul. **Periferia - Educação, Cultura e Comunicação**, v. 7, n. 1, p. 90-106, jan./jun. 2015.

BOGDAN, R.; BIKLEN, S. **Investigação qualitativa em educação**: uma introdução à teoria e aos métodos. Porto: Porto Editora, 1994.

BONIN, Iara Tatiana. Literatura infantil de autoria indígena: diálogos, mezclas, deslocamentos. **Currículo sem Fronteiras**, v. 12, n. 1, p. 36-52, jan./abr. 2012.

BONIN, Iara Tatiana; BERGAMASCHI, Maria Aparecida. Povos ameríndios e educação: apresentando e contextualizando o tema. **Currículo sem Fronteiras**, v. 10, n. 1, p. 5-11, jan./jun. 2010.

BONIN, Iara Tatiana; SILVEIRA, Rosa Maria Hessel. A temática indígena em livros selecionados pelo PNBE: análises e reflexões. **Educação**, Porto Alegre, v. 35, n. 3, p. 329-339, set./dez. 2012.

BRASIL. **Lei n.º 11.645, de 10 de março de 2008**. Altera a Lei n.º 9.394, de 20 de dezembro de 1996, modificada pela Lei n.º 10.639, de 9 de janeiro de 2003, para incluir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade da temática “História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena”. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 11 mar. 2008.

BRASIL. Conselho Nacional da Educação. Câmara de Educação Básica. **Resolução n.º 2, de 11 de setembro de 2001**. Diretrizes Nacionais para Educação Especial na Educação Básica. Diário Oficial da União, Brasília, DF, 14 set. 2001. Seção 1, p. 39-40. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em: 6 fev. 2020.

BRITO, Edson. A literatura indígena e o reencantamento dos corações. *In*: **LEETRA Indígena**. São Carlos: Universidade Federal de São Carlos, Laboratório de Linguagens, 2013.

BRITO, Edson. Identidade e literatura indígena: o encontro necessário na escola brasileira. *In*: ALBUQUERQUE, Gerson Rodrigues (Org.). **Das margens**. Rio Branco: Nepan Editora, 2016.

BRITO, Edson; BRITO, Tamires. A pluralidade étnico-cultural indígena no Brasil: o que a escola tem a ver com isso? **Mneme - Revista de Humanidades**, v. 15, n. 35, p. 38-68, 17 out. 2015.

BRITO, Edson; TERENA, N.; CANCELA, F. Diga ao povo que avance: - “Vançaremos”!!. **Abatirá - Revista de Ciências Humanas e Linguagens**, v. 1, n. 2, p. 50-52, jul./dez. 2020.

ENES FILHO, Djalma Barboza. **Literatura indígena brasileira contemporânea para a infância**: uma escrita criativa e de resistência. 2023. Tese (Doutorado em Educação) – Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 2023.

ENES FILHO, Djalma Barboza; ENES, Sônia Elina Sampaio; SILVA, Pedro Lopes da. Um panorama da literatura indígena brasileira contemporânea. **Revista de Estudos Interdisciplinares**, v. 7, n. 1, p. 1-20, 2025.

GRAÚNA, Graça. **Contrapontos da literatura indígena contemporânea no Brasil**. Belo Horizonte: Mazza, 2013.

KRENAK, Ailton. **Ideias para adiar o fim do mundo**. São Paulo: Companhia das Letras, 2019.

MUNDURUKU, Daniel. **O caráter educativo do movimento indígena**. São Paulo: Paulinas, 2019.

PAIM, E. A.; PINHEIRO, P. M.; PAULA, J. B. Educação, relações etnicorraciais e colonização na práxis de professores/as. **Perspectiva**, Florianópolis, v. 37, n. 2, p. 437-452, abr./jun. 2019.

THIÉL, Juliana. **Pele silenciosa, pele sonora**: a literatura indígena em destaque. Belo Horizonte: Autêntica, 2012.